

Revista 127 – Editorial José Carlos Martins

5 Fevereiro, 2026



Caros colegas,

Vivemos tempos difíceis. Em **pleno século XXI**, na era digital e das energias verdes, em tempos de preocupação com a sustentabilidade do planeta e de produção de riqueza como nunca antes, depois de uma pandemia que matou milhões de pessoas e que se alvitrava ser o ponto de rutura com o individualismo, eis que a humanidade parece mesmo ter perdido o norte.

As **guerras insanas**, a corrida ao armamento — incluindo às armas nucleares —, o genocídio de um povo, os cortes nos sistemas públicos de saúde, de educação, de segurança social, por quase todos os países, o aumento da pobreza em contraponto com a concentração de riqueza nos já milionários, a errática atuação da política da União Europeia — que se subjugava aos interesses dos grandes grupos económicos privados, atirando para a sarjeta os direitos sociais dos europeus —, ao que acresce o aumento das catástrofes naturais resultantes das alterações climáticas, e cujo desígnio mundial deveria ser minimizar o seu impacto, impele-nos a questionar: onde vai isto parar? Que futuro?

A **História** demonstra que a força das pessoas quando se juntam é maior do que a ambição de alguns. A transformação no nosso espaço de intervenção será sempre um fator de mudança numa perspetiva mais macro. Nos tempos que correm, é isso que nos é exigido.

E, em sequência, os **trabalhadores portugueses**, incluindo os enfermeiros, foram confrontados com a apresentação por parte do Governo de uma proposta de profunda reforma à legislação laboral.

Uma **reforma** que, covardemente, o atual Governo não incluiu no programa com o qual se apresentou a eleições,

e que é apresentada recorrendo a argumentos manifestamente falsos, designadamente a necessidade de flexibilizar os contratos de trabalho para tornar a economia portuguesa mais competitiva. É a velha lógica neoliberal que levou à alteração do Código do Trabalho em 2003, concretizada pelos mesmos partidos políticos, PSD e CDS-PP, e que, afinal, não resultou num maior dinamismo da economia portuguesa. A constatação deste facto é a melhor demonstração de que não é por causa da legislação laboral que temos problemas na economia, e que não existem empresas de valor acrescentado.

O problema continua a ser um tecido empresarial composto essencialmente em pequenas e médias empresas, sem diferenciação tecnológica, os baixos salários e a precariedade. E sim — já hoje a legislação laboral que tem como objetivo dar algum equilíbrio no binómio patrão–empregado está profundamente desequilibrada para o lado do patrão.

A **proposta do Governo** aprofunda esse desequilíbrio. Só a luta dos trabalhadores, de todos os setores de atividade, poderá travar as intenções de um Governo que, à semelhança do referido relativamente à União Europeia, também se subjugou aos interesses dos grandes grupos económicos portugueses do retalho, da banca, dos seguros, do turismo, entre tantos outros.

Transpondo esta lógica neoliberal para nós, enfermeiros, veja-se a proposta de **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)**. Uma vergonha! Tal como a proposta de Código de Trabalho que retrocede a 2003, a proposta de ACT retrocede, em alguns aspetos, a 1978!

Para justificar as suas intenções, o mesmo “canto de cisne”: vai permitir uma maior conciliação entre a vida pessoal e profissional e trazer mais eficiência aos serviços de saúde. Mentira!

Salta aos olhos de todos que a possibilidade de aumentar em quatro horas por dia até ao limite de 60 horas por semana, de acordo com as necessidades dos serviços, agudiza aquele problema e traz mais desregulação aos horários de trabalho.

Bem sabemos que a **desregulação** só existe pelo agravamento da carência de enfermeiros, problema esse que o Governo não quer resolver, e por isso não apresenta qualquer plano de curto, médio e longo prazos para tal. A disponibilidade paga-se, e o Governo não a quer pagar, tão pouco nos moldes atuais. O que o Governo pretende é poupar e explorar, ainda mais, os enfermeiros.

O que o Governo pretende é copiar um Acordo de Empresa, traiçoeiramente assinado com a Associação Portuguesa da Hospitalização Portuguesa, à revelia da vontade e das propostas dos enfermeiros que ali trabalham.

Os sindicatos que o assinaram responderão pela “porta que escancararam”, e deram legitimidade ao Governo para apresentar esta proposta de ACT, permitindo-se fazer o “trabalho sujo” que os privados teriam que fazer caso quisessem concorrer à gestão privada das ULS, em regime de PPP.

São muitos desafios, mas **desistir não é solução**.

Em conjunto e de forma organizada somos agentes de transformação neste nosso microssistema. Assim, também o seremos a nível macro, porque todos os seres humanos têm direito a ter um futuro melhor!

José Carlos Martins

Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

A edição 127 da “Enfermagem em Foco” está disponível [aqui](#).

